



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Casa de Eptácio Pessoa"

GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME ALMEIDA

Proj. de Lei
nº 99/07
02

Projeto de Lei Nº 99 /2007.
Autor: Deputado Guilherme Almeida

**Dispõe sobre a imposição da
transparência na execução
orçamentária do Estado da Paraíba
e dá outras providências.**

Art. 1º O Governo do Estado da Paraíba disponibilizará o acesso a qualquer cidadão ao Sistema de Informações Gerenciais Orçamentária - SIGO, de acompanhamento da execução orçamentária pela Internet, através do site oficial do Governo do Estado da Paraíba.

Parágrafo Único - O Governo do Estado da Paraíba providenciará a migração do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, hoje na Intranet, através de conversão de linguagem computacional, disponibilizando, assim o acesso do mesmo a qualquer cidadão.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a matéria através de Decreto.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação quanto ao artigo 1º e em prazo hábil, a ser regulamentado pelo Poder Executivo, quanto ao artigo 2º.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", 10 de abril de 2007.


Guilherme Almeida
Deputado PSB



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Casa de Eptácio Pessoa"
GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME ALMEIDA

Proj. de Lei
nº 99/07
03
8

Justificativa:

Senhores Deputados,
Senhoras Deputadas,


A Constituição Federal no seu parágrafo único do art. 1º diz que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da respectiva Constituição está determinando que o tipo de democracia exercida em nosso país é a semi-direta, ou seja, uma parte indireta (representada pelo voto) e uma direta (representada pelas manifestações dos cidadãos).

Neste sentido, são disponibilizados diversos instrumentos da parte direta da vontade popular: plebiscito, referendo e iniciativa popular. Registre-se também que o inciso LXXIII, art. 5º da Constituição Federal de 1988, disponibiliza um remédio constitucional através da ação popular, que transcrevo: "Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade na qual o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência".

Assim, com os instrumentos disponibilizados aos cidadãos para uma efetiva participação da democracia, destacando-se a fiscalização à moralidade administrativa, nada mais justo também em fornecer aos cidadãos condições de acompanhamento dos recursos públicos e dar transparência a execução orçamentária.

Por tudo isso e levando em conta que a população do Estado da Paraíba deve estar ciente dos destinos de nosso orçamento, solicito apoio dos pares desta Douta Casa para aprovação de tão importante propositura.

Sala de Sessões da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", 10 de abril de 2007.



Guilherme Almeida
Deputado PSB



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LEGISLATIVA DAS MATÉRIAS
SUJEITAS À APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Proj. de Lei
nº 99/07
8 04

Registro no Livro de Plenário
As fls. 99 sob o nº 99/07
Em 19 / 04 / 2007

P/ Tabacão
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Constou no Expediente da Sessão
Ordinária do dia 13 / 04 / 2007

P/ Tabacão
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido ao Departamento de Assistência
e Controle do Processo Legislativo
Em, 16 / 04 / 2007.

X
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 16 / 04 / 2007

Colleen Lida
Departamento de Assistência e Controle
do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo
no dia ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

À Comissão de Constituição, Justiça e
Federação para indicação do Relator

Em ____ / ____ / 2007.

Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado

Dirceu Nery
Em 20 / 04 / 2007

Dirceu Nery
Deputado
Presidente

Ambassadoramento Legislativo Técnico

Em ____ / ____ / 2007

Secretaria Legislativa
Secretário

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ / 2007

Parecer ____
Em ____ / ____ /

Secretaria Legislativa

Aprovado em (____) Turno

Em ____ / ____ / 2007.

No ato de sua entrada na Assessoria de
Plenário a Presente Propositura consta
(02) Pagina (s) e (____)
Documento (s) em anexo.
Em 12 / 04 / 2007.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
PROJETO DE LEI No. 99/2007.



PROJETO DE LEI Nº. 99/2007.

**Dispões sobre a implantação da transparência
na execução orçamentária do Estado da Paraíba
e dá outras providências.**

AUTOR : Dep. GUILHERME ALMEIDA

RELATOR: Dep. DINALDO WANDERLEY

PARECER *Nº 085/07*

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para exame e parecer, com amparo legal no parágrafo único do Art. 1º da Constituição Federal, o Projeto de Lei Nº. 99/2007, da lavra do ilustre Deputado Guilherme de Almeida, que determina a imposição da transparência na execução orçamentária do Estado da Paraíba e da outras providências.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
PROJETO DE LEI No. 99/2007.



II - VOTO DO RELATOR

A matéria legislativa é de relevante e incontestável interesse público, contudo, colide, sob o aspecto meramente formal, com o Art. 63, § 1º, Inciso II, Alínea "e", da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 63 -

**§ 1º -São de iniciativa do Governador do Estado
as leis que:**

II - disponham sobre:

**e) criação, estruturação e atribuições das
Secretarias e órgãos da administração pública.**

Com efeito, urge ressaltar, que conforme consta do preceito constitucional supracitado, cabe unicamente ao Governador do Estado, que o gerente da administração pública, a iniciativa deste projeto, que envolve os serviços públicos, bem como, as atribuições de Secretaria de Estado.

Assim, juridicamente o presente projeto tem grave e incontornável defeito, não devendo prosperar.



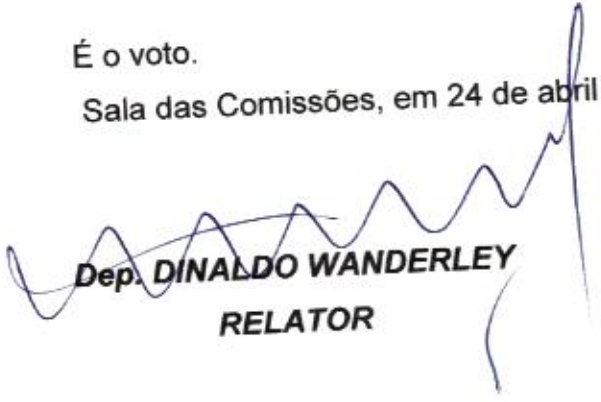
ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
PROJETO DE LEI No. 99/2007.



Diante de todo o exposto, esta relatoria com fulcro no art. 63, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Estadual, opina pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Nº. 99/2007, sugerindo ao autor, que através de Requerimento, previsto no art. 95, inciso III, do Regimento Interno, encaminhe o Projeto em epígrafe ao Chefe do Executivo Estadual, para que este mediante os órgãos competentes, estude a possibilidade de desencadear o processo legislativo, dado ao interesse público da matéria.

É o voto.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2007.


Dep. DINALDO WANDERLEY
RELATOR



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Constituição, Justiça e Redação
PROJETO DE LEI No. 99/2007.




III - PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 63, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Estadual, é pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Nº. 99/2007, nos termos do voto do Senhor Relator.

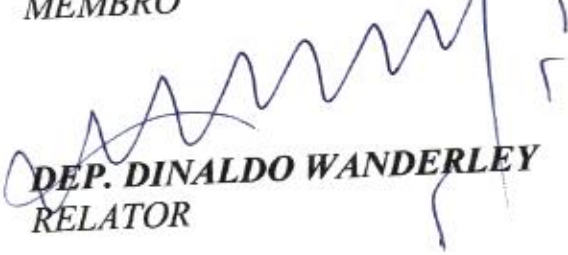
É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2007.


DEP. ZENÓBIO TOSCANO
PRESIDENTE



DEP. FABIANO LUCENA
MEMBRO


DEP. JOÃO HENRIQUE
MEMBRO


DEP. DINALDO WANDERLEY
RELATOR

Voto Contrário
DEP. LEONARDO CADELHA
MEMBRO
Em 24/04/07

DEP. TROCOLLI JÚNIOR
MEMBRO


DEPUTADO
DEP. JEOVÁ CAMPOS
MEMBRO

Apreciada Pela Comissão
No Dia 24/04/2007